



Eixo: Política social e Serviço Social.

Sub-eixo: Política de educação.

EDUCAÇÃO SUPERIOR E MERCANTILIZAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR – FIES E PROUNI

NAYANA LIMA SANTOS¹

FRANCISCA VALDENIZA LOPES DE SOUZA²

BRUNA LENA CARNEIRO³

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar o fenômeno da mercantilização do Ensino Superior brasileiro, através de políticas afirmativas: FIES e PROUNI. Após um breve resgate histórico, da relação da educação como direito/mercadoria, nesse artigo, é apresentada uma pesquisa de campo, realizada com 15 alunos, estudantes de Serviço Social de IES privada, localizada no município de Icó/Ceará, os quais acessaram o Ensino Superior através de FIES e de PROUNI. Após análise de conteúdo das entrevistas reconhecemos o impacto de tais políticas em um âmbito mercadológico de forte processo de privatização do Ensino superior brasileiro.

Palavras-Chave: Mercantilização do Ensino Superior; FIES; PROUNI.

Resumen: Este trabajo tiene como propósito analizar el fenómeno de mercantilización de la educación superior de Brasil a través de políticas afirmativas: FIES y PROUNI. Luego de un breve resgate histórico, haciendo la relación de la educación como derecho/mercancía. En este artículo, es presentada una pesquisa de campo con 15 alumnos, estudiantes de la carrera de Serviço Social de IES privada, ubicada en la ciudad de Ico/Ceará, donde los mismo tuvieron acceso a educación superior a través de políticas sociales como FIES y PROUNI. Después de analizado el contenido de todas entrevistas, fue reconocida el impacto de tales políticas en el campo de mercado, en lo cual, sufre un fuerte proceso de privatización de la enseñanza Superior.

Palabras-claves: Mercantilización de la educación superior; FIES; PROUNI.

1. INTRODUÇÃO

Quando a educação, principalmente relacionada ao Ensino Superior, desponta como um mercado em potencial, órgãos internacionais findam por intermediar em sua regulamentação e orientação para que haja bom desempenho do mercado para a determinada área. Assim, o BIRD, nos últimos anos têm interferido no campo da educação superior, apresentando orientações para execução e desenvolvimento da política educacional. Esse processo demonstra tendência de privatização do ensino público, sendo

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Estadual do Ceará, E-mail: nayanalimaas@gmail.com.

² Estudante de Pós-Graduação, Universidade Estadual do Ceará, E-mail: nayanalimaas@gmail.com.

³ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Estadual do Ceará, E-mail: nayanalimaas@gmail.com.

regulamentado por órgãos externos, e legalizado no Brasil através das alterações de legislações, indicando a clara transformação da educação em mercadoria, com a justificativa de redução de gastos públicos. Compreende-se que chamada universalização da educação alcança novos patamares, completamente adaptados aos padrões do neoliberalismo. O exemplo é a ampliação da modalidade de ensino à distância, em todos os níveis de educação. Ainda tem-se a ampliação do acesso à todas as classes sociais, através de financiamentos e bolsas de estudo, possibilitando o acesso de estudantes de classes sociais menos favorecidas à instituições privadas de ensino superior, como estratégia de ampliação do acesso a Educação. Esta categórica, mecânica e metódica estratégia da expansão da educação, é o que leva Freire (1997) chamar este movimento de “educação bancária”. Processo que se inicia na década de 60, mas que avança e se consolida com o neoliberalismo dos anos 90. Lima (2012), aponta para a essência da educação enquanto direito humano contrária à fenômenos como “adestramento, endoutrinamento ou condicionamento dos seres humanos”.

A precária regulamentação do ensino superior por parte do Estado oportuniza cada vez mais o investimento de capital privado neste ramo, potencializando a transformação da educação em mercadoria, reflete-se até que com a expansão do ensino superior privado e tornando objeto e comercializando a educação gerou o mercado da compra e venda de diplomas, como apresenta Bittar (2010), consolidando a educação superior como objeto de compra e venda, questiona-se então a qualidade desta “mercadoria” chamada educação. Aued (2015, pág. 17), apresenta que: “As universidades expressam essa realidade produtiva do nosso tempo, tempo do capital se autoproduzindo em processo contraditório”.

Na lógica do processo civilizatório para o capital, as universidades, acabam por se tornarem instrumento desta produção e reprodução material, completamente adaptada as velhas e novas necessidades do capital e do mercado, deixando à mercê a formação cidadã, autônoma e emancipatória. Percebe-se um completo amoldamento das graduações para tais necessidades mercadológicas, deste, por exemplo, a revisão dos currículos para a diminuição dos tempos dos cursos. Fala-se então de educação para empregabilidade (LIMA, 2012), apontando o individuo como responsável direto das suas oportunidades de entrada no mercado de trabalho. Assim a educação também passa a fazer parte desta lógica individualista e da responsabilidade específica, característica esta que reforça o papel mínimo do Estado, responsabilizando os indivíduos pelas suas mazelas e insucessos.

Esse mecanismo conduz o processo de exclusão no Ensino Superior o que implica em ações afirmativas como solução. As políticas de inclusão afirmativas são necessárias a partir da existência de sistemas segregacionistas. Sociedades que apresentam extremas desigualdades sociais, findam por limitar de forma alarmante o acesso/permanência dos cidadãos no ensino superior.

Uma das políticas afirmativas é traduzida por políticas de cotas associadas aos programas sociais voltados para bolsas de estudos e financiamentos estudantis. Hoje, materializam-se no país através de programas como PROUNI (Programa Universidade para Todos) e FIES (Fundo de Financiamento Estudantil). Tais programas proporcionaram mudança na ocupação de vagas em instituições de ensino superior brasileiro. Políticas de ações afirmativas, são, antes de tudo, políticas de caráter compensatório, podendo resolver o problema em sua aparência. Porém não em sua essência, os impactos são apenas superficiais nas problemáticas e nas expressões das questões sociais que se propõem a solucionar. Silva (2010) Observa que as políticas compensatórias apontam ações dos governos a minorar os efeitos das desigualdades sociais nos estratos populacionais menos favorecidos. A autora afirma que as ações afirmativas proporcionam resgate do tempo perdido. Porém, há de questionar sempre a inversão de investimentos, e as parcerias, cada vez mais valorizadas entre público/privado. É no uso destas estratégias que a educação é transformada em mercadoria. Para compreender esta abordagem é necessário primeiro discutir o processo de mercantilização e privatização do ensino superior, associado a isto, o desmonte e sucateamento das IES públicas.

2. DESENVOLVIMENTO

A reflexão da isenção do Estado no tocante a garantia da educação pública e de qualidade para todos é seguida por políticas seletivas. Por guardarem essas características elas promoverão a autonomia da educação, na qual degrada e desvaloriza-se o público e supervaloriza o privado. Tornando este um mercado em ascensão, mesmo em períodos de crise, ao consolidar a relação mercantil da educação privada, tornando as IES em “fábricas de diploma” como apresenta Bittar (2002).

Com o saldo de um milhão, oitocentos e noventa e cinco mil contratos, entre 2010 e 2014, o FIES mantém muitas IES privadas a partir de investimento do Estado. Como exemplo, o MEC/FNDE, aponta o gasto com FIES no ano de 2014, chegando a casa dos 13 (treze) bilhões de reais. Percebe-se então o aumento exacerbado da projeção de crescimento de financiamento estudantil, fundamentando-se nos mitos apresentados anteriormente e reforçam a precarização do serviço público. Tal opção acaba por acentuar o crescente investimento do Estado em grandes instituições privadas.

Cabe refletir então a consolidação e o reforço no Estado brasileiro como Estado Mínimo, pois ao invés de investir na ampliação do ensino superior público e gratuito, investe intensamente em instituições privadas, passando para o mercado privado a sua função de oferta deste nível de educação, criando-se uma falsa sensação “inclusão”.

Nesse sentido, Leher (2015) reflete os seguintes questionamentos: “Que significa subordinar a formação da juventude às instituições financeiras? Que consequências podem advir do fato de que as instituições financeiras controlam as instituições privadas de ensino? (...) qual é o negócio? É o ensino ou a instituição financeira?”. Para Silva e Souza (2015) tal educação institucionalizada e privatizada acaba por ter papel de formar mão-de-obra adestrada para o mercado de trabalho:

A educação institucionalizada tem servido ao papel de fornecer mão-de-obra qualificada ao sector produtivo em expansão, como se o ato de educar fosse uma ação extensiva à máquina. (SILVA; SOUZA, 2015, p. 9).

A educação se torna então um bom negócio para os investidores. Mesmo sendo uma das principais bandeiras dos Governos Lula/Dilma, a inserção de brasileiros na faculdade (LEHER, 2015), não tem garantido a qualidade do ensino ofertado por estas instituições. Isso porque nas IES privadas pouco se tem espaço para atividades reflexivas, de pesquisa e extensão, por uma razão simples: essas atividades não são essenciais às necessidades do mercado. Leher (2015) afirma ainda que “é preciso refletir muito sobre o sentido da mercantilização atual, que altera tanto as universidades públicas quanto as universidades privadas mercantis”. Para o autor tal fenômeno contribui apenas para consolidação do novo mercado em ascensão.

2.1 A Pesquisa.

A presente pesquisa foi realizada em uma IES localizada no município de Icó-CE. A instituição oferta oito (8) cursos de graduação e conta com aproximadamente 5 mil alunos, no ano de 2016.2. Destes alunos, cerca de 70%, mantém contrato com o Programa Universidade para Todos – PROUNI e através do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, alvo desta investigação. O curso de Serviço Social, que totalizaram no semestre de 2016.2, 197 alunos. Destes, 41 alunos ingressantes através do PROUNI e 117 com suporte do FIES, e apenas 39 alunos são pagantes de forma direta. Deste universo o recorte amostral considerou 15 alunos.

2.2 Análise e Resultados

A análise documental constatou o impacto causado por políticas de ações afirmativas de forma direta na vida dos estudantes. Tem-se que dos 15 participantes, 11 (dez) acessaram o ensino superior através do FIES, destes, 1 (um) com financiamento de 50%, 3 (três) com financiamento de 75% e 7 (sete) com financiamento de 100%. Entre aqueles que acessaram através do PROUNI 5 (cinco) alunos possuem bolsas de 100%. Sendo ainda 14 mulheres e apenas 01 homem. Quanto o perfil socioeconômico dos 15 alunos participantes da pesquisa tem-se que 93% estão entre 20 e 35 anos, a composição familiar aponta que 70% dos pais, responsáveis, ou cônjuges dos entrevistados possuíam baixa escolaridade, não ultrapassando nível fundamental, enquanto os outros 30% variavam entre nível médio e superior incompletos. Quanto a renda familiar 9 (60%) possuem renda per capita média entre 200,00 e 600,00 reais, e os outros 40%, renda entre 601,00 e 1.500,00 reais. Desta forma, 80%, se enquadra, segundo o IBGE, como pertencentes a famílias pobres.

2.3 Análise Qualitativa

Para compreender a visão dos alunos sobre as ações afirmativas, FIES e PROUNI, foi realizada entrevista, com 20 (vinte) questões, com intuito de identificar experiências e impressões do ensino superior, da instituição privada e destas ações afirmativas.

Quando questionados sobre como enxergavam a si, “como cidadão formado com nível superior?”

“Me vejo como uma cidadã que além do acréscimo intelectual que o nível superior nos proporciona, poderá ter acesso a melhores condições de trabalho, remuneração e conseqüentemente de vida, partindo do pressuposto de que o estudo e a qualificação é algo extremamente importante para que o sujeito se destaque como profissional e tenha melhores oportunidades no mercado de trabalho atualmente” (Aluno 01).

“Sinto-me bem e feliz em saber que em breve estarei formada e que tenho um ensino superior” (Aluno 06). “Uma profissional qualificada e conseguir conquistar todos os meus sonhos. Tanto pessoal como profissional” (Aluno 12).

“Realizado e com uma boa remuneração” (Aluno 14).

Percebe-se também o sentimento de realização pessoal e profissional, para muitos a utopia de cursar o ensino superior torna-se realidade, desabrochando realizações não apenas de indivíduos particulares, mas de uma família inteiras, muitos destes alunos são os primeiros de suas famílias a cursarem o ensino superior.

Os alunos foram questionados também a cerca do “seu novo papel social enquanto profissional formado”, visando compreender a visão que estes possuem do mercado, e da relevância social da profissão escolhida, no caso, Serviço Social.

“Contribuir, com ética, para a sociedade, principalmente se tratando da transformação da realidade social” (Aluno 03). “Estar apta para exercer com

veemência a missão da qual me foi incumbida como agente de direito em poder levar as pessoas menos favorecidas a mediação dos seus direitos enquanto cidadãos” (Aluno 07).

“Atuar como profissional em minha área com ética e profissionalismo” (Aluno 11).

Assim, a perspectiva do exercício profissional dos alunos, gira em torno da ética, do comprometimento ético e compreensão da realidade social, as falas acima, representam as principais abordagens das demais. Vale salientar que estes eixos fundamentam o projeto ético-político do serviço social, como apresenta Netto (2001) que tem como direcionamento a luta pela garantia do direito do cidadão e o compromisso ético.

Quando questionados sobre a ampliação das “possibilidades de entrada no mercado de trabalho através do nível superior”, as reflexões foram unânimes, na compreensão: todos responderam “sim”.

“Com o nível superior é sim bem mais fácil de se encaixar no mercado de trabalho, porém o sistema em que nos encontramos inseridos, só isso não basta, ele requer que nos moldemos cada vez mais, como por exemplo não só a graduação, mas também uma especialização no mínimo”. (Aluno 02)

“Sim, pois o mercado de trabalho está cada vez mais em busca de profissionais qualificados, hoje é muito difícil arrumar emprego só com o ensino médio, ou até mesmo com a graduação, pois existe um exército de reserva muito grande em quase todas as áreas. Porém com o ensino superior fica mais fácil, basta que você seja um excelente profissional” (Aluno 09).

A essência das respostas dos alunos, perpassa o afunilamento do mercado para mão-de-obra mais qualificada e especializada, compreendendo que apenas o nível superior não é suficiente para entrar e permanecer no mercado. Como apresenta Mota (2010) o mercado necessita daqueles profissionais multifuncionais, que façam para além de suas funções “obrigatórias”, sendo esta uma característica do Estado Neoliberal, como já apresentado anteriormente.

Reforçando os questionamentos anteriores, foi perguntado aos alunos, qual a importância do ensino superior para suas vidas. Como resposta, obteve-se as seguintes percepções:

Ter a oportunidade de cursar o ensino superior representa uma realização pessoal e também familiar. Visto que meus pais não tiveram essa oportunidade devido questões financeiras. Estar prestes a concluir o ensino superior será a realização de um sonho deles e principalmente meu que através do meu estudo poderei alcançar oportunidades que ambos não conseguiram (Aluno 01) A de mudança de vida, tanto economicamente como socialmente (Aluno 04) O ensino superior me despertou sonhos, vontade de almejar espaços, e a oportunidade de com a graduação propor qualidade de vida para minha família (Aluno 13)

A importância principal apresentada pelos alunos, apresenta o ensino superior como a realização de um sonho ou de uma realização pessoal e familiar. Associando aos dados apresentados anteriormente, este dado está ligado a baixa escolaridade dos pais/responsáveis/conjugês, assim, a “conquista” do acesso ao ensino superior passa de um mérito pessoal para um mérito coletivo. Continuando a reflexão do acesso ao ensino

superior, pediu-se aos entrevistados que listassem pontos positivos e negativos do modo como eles tiveram acesso ao ensino superior.

“Acredito que o acesso ao ensino superior têm se tornado cada vez mais fácil devido a programas como o PROUNI e o FIES que proporcionaram mais facilidade à pessoas que em teoria não teriam condições de arcar com os custos de uma faculdade e dispunham de ensinios fragilizados ofertados pelas escolas públicas dificultando o acesso à universidades públicas amplamente concorridas. As novas modalidades de ensino como faculdades EAD, de fins de semana e semi-presenciais também se apresentam como facilitadores desse acesso em regiões que não dispõem de instituições que ofertam o ensino superior e até mesmo para pessoas que não teriam tempo de cursar um ensino superior presencialmente” (Aluno 01).

“Os aspectos positivos são que com o ensino superior abre um leque de oportunidades no mercado de trabalho. Posso conseguir um emprego melhor do que o que já tenho, luto por isso todos os dias, quando terminar a graduação procurar fazer logo uma pós-graduação, pois a maioria dos concursos exigem prova de títulos e eu preciso está preparada para o mercado de trabalho. E o ponto negativo é que vou passar muito tempo pagando o curso (risos)” (Aluno 09).

*“Positivos: consegui e fies pois sem ele não iria conseguir pagar a faculdade
Negativos: consegui o fies porém vou ter que pagar a dívida enorme ao governo”.(Aluno 12)*

Como pontos positivos aparecem de forma comum entre as respostas dos alunos a ampliação do acesso ao nível superior para todas as classes sociais e em várias modalidades de ensino, desde ações afirmativas como o FIES e o PROUNI, o próprio REUNI que interiorizou as instituições federais de ensino superior, e ainda a expansão de instituições ofertantes do ensino superior à distância (EAD). Como ponto negativo, aparece um de forma mais recorrente, principalmente pela parcela dos entrevistados que fazem uso do financiamento estudantil, a dívida gerada após o término de graduação e o medo de não serem inserido no mercado de trabalho, e conseqüentemente a não quitação da dívida.

Quando os entrevistados foram questionados sobre a possibilidade de fazer faculdade fora da sua cidade ou região, surgiram em grande maioria, 12, dos 15 entrevistados afirmaram que sim, porém salienta-se que dos 15 entrevistados apenas 6 residem na cidade de Icó, onde localiza-se a IES privada, em que foi realizada a pesquisa.

“Sim. Inclusive, estou cursando o ensino superior em um município vizinho ao que resido, o que me leva a ir e vir todas as noites para que eu consiga ter acesso a este ensino”. (Aluno 01)

“Devido as minhas condições financeiras não cogito essa possibilidade de fazer uma faculdade fora da minha cidade, a não ser que eu tivesse uma bolsa ou uma boa condição financeira para poder me manter fora da minha cidade”. (Aluno 02)

“Acredito que sim. Tudo depende da oportunidade que temos e agarramos, se eu não tivesse essa oportunidade de cursar um ensino superior a poucos quilômetros com certeza eu iria buscar outras oportunidades para contribuir no meu desenvolvimento pessoal e profissional” (Aluno 10).

Aqueles que apresentaram o “sim” como resposta, justificam pela necessidade de buscar conhecimento, pela realização de um sonho, ou pela qualificação para o mercado de trabalho. Mas “sim” teriam o dispêndio, como (9 entrevistados) já o tem de se deslocar até 140km por dia para cursar o nível superior desejado. Questiona-se então sobre o que levou

a visualização do acesso ao Ensino Superior como uma oportunidade real, já que a maioria dos entrevistados não possuíam perspectivas de acessar a graduação.

“Sem duvidas o PROUNI teve grande parcela na concretização dessa oportunidade. Sem ele, provavelmente teria tido grandes dificuldades no acesso ao ensino superior. Primeiro porque tive meu ensino em sua maioria concretizado em escolas públicas, a qual eu reconheço que me traria grandes desvantagens na conquista de uma vaga em uma instituição pública. Segundo, porque sem ele não teria condições financeiras de arcar com as despesas que uma faculdade requer, ainda mais em outro município que demanda ainda mais gastos” (Aluno 01).

“A oportunidade de ingressar com o FIES, me garantiu uma chance financeira de forma mais adequada ao meu momento financeiro” (Aluno 15).

Através da fala dos entrevistados, é possível perceber a criticidade na observância do sistema educacional desse tipo de ensino, tanto por tê-lo vivenciado, como também por reconhecer que o ensino básico ofertado pelo sistema público dificulta o acesso ao ensino superior público. Como apresenta Bourdieu (1998), mais uma vez predomina a “seleção natural” permeando a questão econômica. Assim, novamente reforça-se o caráter compensatório do FIES e do PROUNI inserindo o ensino superior na lógica do Estado Mínimo muito bem argumentado por Martinelli (2010) ao sustentar a responsabilidades de investir no terceiro setor o Estado tira de si além da responsabilidade da prestação do serviço, como também todos os encargos e cobranças que vem com ele. Reflexão dialoga com a fala apresentada pelo Aluno 12, como vê-se abaixo:

“Porque se der algum problema aqui na faculdade, tipo, o ensino não for de qualidade ou até um problema comigo mesmo, não é atrás do governo que tá me bancando, que eu vou resolver. Vou é atrás da coordenadora ou do diretor da faculdade, porque eu não “tô” pagando, mas o governo tá pagando por mim. Se eu estudasse em uma universidade pública e o ensino não fosse de qualidade, iríamos cobrar do governo!”

Seguindo, questionou-se ainda aos alunos se houvesse oferta do Ensino Superior Público na sua cidade. Se ainda assim, cursariam o Ensino Superior Privado. As respostas relatadas pelos alunos apresentam alguns pontos interessantes a serem analisados, pois dos 15 (quinze) alunos, 8 (oito) afirmaram que optariam pela universidade pública, com justificativa de que mesmo com financiamento ou bolsas de estudo, possuem dificuldades para arcar com algumas despesas provenientes das instituições privadas. Já 7 (sete) alunos afirmaram que mesmo havendo a oferta do ensino superior público gratuito, ainda assim optariam por cursar a graduação em IES privadas.

“Existe a oferta do ensino superior em uma instituição federal no meu município a qual não oferta cursos que despertem o meu interesse, e por já ter vivenciado uma má experiência devido às greves nesta mesma instituição durante o ensino médio não foi uma opção considerável para mim” (Aluno 01).

“Tentaria um milhão de vezes se fosse possível passar numa faculdade pública, pois não compensa aderir o fies como meio para financiar o ensino superior. Terei que pagar quase o dobro do valor real” (Aluno 07).

“Na situação em que se encontra nosso país não. Pois as faculdades públicas estão sucateadas, os profissionais lutam pelos seus direitos e entram muito em greve e isso acaba prejudicando aos alunos” (Aluno 09).

Ao passo que em alguns aspectos se percebe a predominância do pensamento crítico; acerca do ensino, neste questionamento fica visível a fragilidade do que Marx (1989) apresenta como identidade e luta de classes, ou seja, desde que o sujeito particular consiga o acesso a bens e serviços, o acesso da coletividade deixa de ser importante. Além disto, percebe-se ainda o enraizamento de valores neoliberais na fala dos entrevistados, na crença do sucateamento público. A teoria de Viana (2012) que apresenta os “mitos” implantados pela ideologia dominante ajuda e reforça o desmonte das políticas sociais, assim como é o caso da educação, no qual o próprio Estado reforça este sucateamento como algo fatídico e inevitável, como apresenta ainda Mota (2010), a precarização como algo inexorável, sendo apresentada como algo impossível de ser superado, isto, no tocante as políticas públicas.

Os entrevistados foram questionados ainda acerca da qualidade do ensino, se este é compatível a sua expectativa. 14 (quatorze) outros alunos, afirmaram que “sim” inclusive apontando para a superação das expectativas.

“Ao meu ver, todas as instituições de ensino apresentam suas vantagens e desvantagens, suas facilidades e suas dificuldades. O ensino superior da instituição privada não é diferente. Entretanto, apesar das dificuldades comuns em todos os ambientes de ensino, considero sim o ensino na rede privada do ensino superior de qualidade de acordo com a experiência que estou vivenciando, inclusive superou as expectativas criadas.” (Aluno 01)

“Sim. Embora a instituição por ser privada não permita uma abertura maior para intervenções”. (Aluno 03)

Ao passo que se percebe nas falas dos alunos a “preferência” pelo ensino superior privado, devido ao sucateamento do sistema público de ensino de uma maneira geral, há receio dos mesmos com relação a qualidade do ensino ofertada pela instituições privadas, percebendo-se então uma relação contraditória nos discursos dos alunos. Já com relação ao quadro docente da instituição privada, foi questionado aos alunos, se os professores possuíam competência técnica para suprir suas necessidades enquanto discentes.

As respostas apresentadas pelos entrevistados foram unanime. Para eles todos os professores apresentam a competência técnica para estarem a frente das disciplinas e para repassar seus conhecimentos, porém com algumas ressalvas relacionadas a atualização de métodos de ensino.

Foram questionados ainda sobre a estrutura física da instituição, e suas referencias foram o sucateamento das IES públicas.

“Sim. A instituição tem disposto de todas as ferramentas necessárias para a realização de uma boa experiência estudantil, indo desde o auxílio da tecnologia nas aulas, climatização de salas, materiais, acervo bibliográfico até a disponibilização de espaço para desenvolvimento das atividades” (Aluno 01).

“A capacidade estrutural é uma das melhores que já pude conhecer”. (Aluno 02)

Coube questionar também ao alunado, se a proposta pedagógica e curricular é contextualizada em relação ao desafio da região. Do total dos entrevistados, 3 (três) apontaram que não estaria de acordo, e 12 (doze) que sim.

“Ao meu ver, a proposta tem mostrado uma grande preocupação em qualificar o aluno para a profissão como um todo. Os desafios abordados são muito mais relacionados à nível nacional. Em relação às dificuldades regionais, vejo pouca abordagem” (Aluno 01).

“Sim, uma vez que toda a teoria abordada em sala de aula condiz com a prática profissional percebi isso durante o estágio do curso” (Aluno 09).

Como foi aderir ao FIES? Salienta-se que na época do acesso destes alunos, o processo burocrático de acesso era um pouco diferente do que se é hoje, já que todos os entrevistados cursam entre 6º e 8º semestres. Assim, as respostas dos entrevistados seguiram a seguinte linha:

“Fácil meu processo foi simplificado, não precisou de avalista (Aluno 04). Foi simples, fiz minha inscrição no site do MEC e depois fui até ao Banco do Brasil com dois fiadores. Não teve burocracia como hoje está tendo. Só consegui 75% por que eu já trabalhava e meu esposo também” (Aluno 09).

“Algumas pessoas me orientaram a “essa solução” já que eu não queria desistir de forma alguma da faculdade e por condições financeira não tinha condições de pagar, vendo o fies como solução” (Aluno 10).

Assim, foi perguntado aos alunos entrevistados, se para eles, a educação é uma mercadoria. Para 7 (sete) entrevistados a educação não se caracteriza como mercadoria, já para 8 (oito) dos alunos, sim, a educação é considerada mercadoria.

Percebe-se uma compreensão muito positiva por parte dos alunos sobre o FIES e o PROUNI, o que é compreensível, já que estas ações possibilitaram suas entradas no Ensino Superior. Na mesma linha segue-se a pergunta: a possibilidade do financiamento estudantil foi determinante para seu acesso ao ensino superior? Para 14 dos 15 entrevistados, o financiamento e as bolsas do PROUNI foram determinantes para o acesso ao nível superior, a baixa renda dos alunos impossibilitaria o acesso ao ensino superior privado.

“Sim, porque independente da mera ilusão que nos é posta, foi por meio desse financiamento que estou tendo a oportunidade cursar o ensino superior”. (Aluno 07)

“Sem dúvida, pois sem esse financiamento seria impossível está concluído meu curso agora, pois além da mensalidade eu tenho que pagar o transporte, pois moro em uma cidade e estudo em outra. Mesmo sendo só 75% me ajudou bastante pois ficou mais acessível pagar só o restante, ou seja, os 25%”. (Aluno 09)

Apenas 01 aluno afirmou que o financiamento não foi fator definidor do seu acesso ao ensino superior, como constatado na seguinte fala:

“No meu caso não. Com a nota alcançada entraria no curso na minha cidade também, mas optei por fazer minha graduação em uma instituição públicas para não correr riscos de enfrentar greves e atrasar a minha formação”. (Aluno 13)

Há clara tensão entre os estudantes que fazem uso do financiamento estudantil de não conseguirem quitar a dívida construída ao longo dos anos de formação, devido as limitações do mercado de trabalho, e a percepção de que a cada dia o Exército Industrial de Reserva (EIR) aumenta, apesar de ser considerado pelos entrevistados, como já apresentado anteriormente, que a qualificação da graduação os possibilita mais chances de acesso ao mercado e a melhores remunerações.

Os entrevistados expuseram sua opinião a respeito de qual papel da educação superior viria primeiro: formação para a vida, ou a formação para o mercado de trabalho? Dos 15 alunos, apenas 4 (quatro) afirmaram a principal função do ensino superior seria a formação para a vida.

“Formar para a vida vem primeiro; tudo que aprendemos dentro da sala de aula irá refletir do lado de fora dela, quando estivermos no campo de atuação, ali será colocada à prova se o que aprendemos realmente fez um efeito positivo ou negativo; contudo, caberá ao profissional se ele esteve mais concentrado no que o professor explicava” (Aluno 07).

Já os demais acreditam que o processo de formação proposto pelo ensino superior seja de formar para o mercado de trabalho, já que em grande parte das falas, estes compreendem o ensino superior como uma qualificação para o mercado.

“Formar para o mercado. Justamente porque o ato de “trabalhar” está ligado diretamente à qualidade de vida. O ensino superior tem a função de capacitar pessoas para que essas ingressem no mercado de trabalho e gerem renda e contribuições para o país” (Aluno 01).

“Capacitar para o mercado de trabalho, existem milhões de pessoas desempregadas, por não serem capacitadas. Hoje só o ensino superior não é mais suficiente para você se estabilizar em um emprego”. (Aluno 09).

A visão que os alunos possuem do ensino superior, gira prioritariamente no processo de formação e qualificação para o mercado de trabalho. Compreende-se esta visão majoritária dos entrevistados, a qual utiliza como marketing principal a questão da empregabilidade.

Os participantes da pesquisa foram abordados ainda sobre os avanços significativos que a Educação superior possibilita para a sociedade local. Eis o que depreenderam:

“O ensino superior sem dúvidas proporciona avanços, não sei se exatamente na localidade onde me encontro. Por vezes enxergo o ensino superior como um preparador para o trabalho nas grandes cidades, tendo em vista as poucas oportunidades de emprego no interior. Ou seja, muitos interioranos após a formação buscam trabalho em outras localidades, o que acaba por não proporcionar mudanças significativas na localidade de origem do aluno” (Aluno 01).

“Sim, pois é de grande importância termos em nossa cidade ou região faculdades sejam elas particulares ou federais; o que realmente a sociedade precisa são de jovens com opiniões próprias e não opiniões copiadas de grupos de redes sociais, seres pensantes e não alienados a partidos políticos ou sugestões midiáticas... Assim, tais atitudes inovadoras farão diferença em meio ao caos instalado com toda essa parafernália chamada tecnologia do Século XXI” (Aluno 07).

“Com certeza. Uma vez que um profissional capacitado dependendo de suas competências pode avançar em sua determinada área contribuindo na sociedade” (Aluno 10).

A compreensão de 100% dos entrevistados atestam que o ensino superior afeta a realidade local. Porém a maior importância apresentada pelos alunos é o reconhecimento da faculdade/universidade como espaço de reflexão crítica e de rompimento com a alienação, portanto, de forma direta a sociedade é beneficiada por vários ângulos.

3. CONCLUSÃO

Pelos dados coletados nas falas dos entrevistados, não houve grandes dificuldades aparentes do acesso ao financiamento estudantil. O que tem aparecido de maneira recorrente são as dificuldades de renovação de matrículas FIES nos últimos semestres, devido a dívidas do MEC com os bancos, e de forma recente, dificuldades para consolidação de novos contratos.

Todo esse contexto apresentado permite dizer que há aprofundamento da mercantilização da educação superior. Isso ocorre dentre outras coisas devido aos baixos investimentos do Estado nas IES públicas, e aos crescentes investimentos nas IES privadas. Tal movimento abre a um só tempo espaço e consolida um novo mercado para o capital financeiro.

As políticas de ações afirmativas que permeiam a Educação Superior no Brasil apresentam-se, na atualidade, como alternativas de possibilidade de rompimento com o ciclo da pobreza. Vê-se que no país, o acesso e o investimento nas Universidades Públicas são bastante limitados, devido a lógica neoliberal, torna-se mais viável terceirizar o ensino do que responsabilizar-se por ele, desta forma, o governo investe todos os anos bilhões de reais em bolsas integrais e parciais do PROUNI e em Financiamento Estudantil (FIES), para que estudantes de classes menos favorecidas tenham acesso ao ensino superior, porém privado.

Na lógica do Estado Mínimo, esta configuração nada mais é do que a transferência de responsabilidades do público para o privado e o investimento no grande capital. Porém em uma realidade que não apresenta perspectiva de mudanças, no sentido de estabelecer a igualdade social, o FIES e o PROUNI surge como programas de inclusão afirmativa, pois “inclui” aqueles que não teriam acesso ao ensino superior no contexto social atual, desde condições socioeconômicas, como até condições sociais e geográficas, que impossibilitam, fragilizam ou dificultam este acesso.

Assim, o objetivo deste trabalho focou-se em compreender o processo de mercantilização do Ensino Superior, através de políticas de inclusão afirmativas, mais especificamente FIES e PROUNI, se propondo ainda a apreender o impacto real destas políticas na vivência dos estudantes, e nas transformações em suas realidades por meio do

dimensionamento do impacto econômico e social proporcionados através da oportunidade de acesso ao Ensino superior, problematizando a falta de investimentos do Estado no ensino superior público, e a ampliação de investimento de dinheiro público em instituições de Ensino Superior Privadas, principalmente através do FIES e do PROUNI.

Os estudantes do curso de Serviço Social, de Instituição de Ensino Superior Privada, localizada na região do Vale do Salgado, mais precisamente no município de Icó Ceará, com vivência de acesso e permanência à graduação através de FIES e PROUNI, (4 alunos com PROUNI e 11 com FIES) foi realizada entrevista para apreender de perto a vivência e a realidade na qual irão se deparar enquanto profissionais. Segundo a pesquisa, o financiamento estudantil e as bolsas estudantis foram a chave para ingressarem no ensino superior, onde foi apresentado para eles perspectivas de futuro e amplas possibilidades de crescimento no mundo do trabalho, vislumbram essas possibilidades de superação também para os usuários das políticas públicas que já começaram a lidar no campo de estágio, e que logo encontrarão na prática profissional. Salienta-se ainda que o público pesquisado não percebe a educação como mercadoria, e nem a si mesmo nesse processo da lógica mercantilista, como consumidor ativo do mercado da educação.

É valoroso compreender que as IES privadas surgem como alternativa e possibilidade aonde o Ensino Superior Público não chega, possibilitando a mudança da realidade social de uma grande massa populacional e potencialmente produtiva. Reflete-se assim que a expansão massiva dos últimos anos das instituições de ensino superior privadas está diretamente atrelada a incentivos governamentais e as políticas de inclusão afirmativas aqui apresentadas, sendo uma clara característica da própria política do Estado Mínimo neoliberal, no qual o Estado se isenta de ofertar o serviço e paga para que o público tenha acesso em instituições privadas, repassando responsabilidades e investindo no grande capital. Porém é salutar que tal ação reflete diretamente e de forma bastante impactante na vida dos cidadãos, principalmente jovens, provenientes de classes menos favorecidas e por vezes sem perspectiva de vida devido à falta de oportunidades do seu ambiente de vivência.

É nítido, portanto, que o jovem pobre, morador de cidades interioranas, muitas vezes tendo concluído o ensino básico de forma precária, devido às más condições das escolas públicas, não seria concorrência para a classe média e classe média alta que dominam as vagas nas universidades públicas do Ceará e do Brasil como um todo, conclui-se então que nesta conjuntura atual, que não apresenta perspectivas de mudanças sociais reais (igualdade social), o FIES e o PROUNI apresentam-se como políticas de inclusão afirmativa de fato, porém o que não justifica a falta de investimento nas Universidades Públicas, e consolida-se cada vez mais algumas características pertinentes as políticas publicas contemporâneas, como já apresentava Mota (2010), como um tendência recente, que seria

a regressão de políticas redistributivas de essência pública e garantidora de direitos em detrimento de políticas de caráter compensatório de combate à pobreza, porém de caráter seletivo e temporário, sendo exatamente nesta perspectiva que se consolidam as políticas de inclusão afirmativas.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo Luis Coltro, **Adeus ao trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 17 ed., São Paulo, Cortez, 2015.
- BITTAR, Mariluce. Educação Superior – o “Vale-Tudo” na mercantilização do Ensino. **Revista de Estudos de Educação**, ano 4, n.2, nov. 2002.
- BOURDIEU, Pierre. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de educação**. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- FERREIRA (et. al). **Precarização do Trabalho e Saúde dos docentes das Universidades Públicas Brasileiras**. ADUFC. EDUece: 2014
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- LIMA, Licínio C. **Aprender para ganhar, conhecer para competir: sobre a subordinação da educação na “sociedade da aprendizagem”**. São Paulo: Cortez, 2012 . (Coleção questões da nossa época; v. 41).
- MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MARX, Karl. "Terceiro Manuscrito". In: **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Lisboa, 70 ed., 1989. p. 229-235.
- MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008. (Mundo do Trabalho).
- MOTA, Ana Elizabete. **“Seguridade Social Brasileira: Desenvolvimento Histórico e Tendências Recentes”**. MOTA (et. al) (orgs). 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília (DF): OPAS; OMS; Ministério da Saúde, 2009.
- NETTO, J. P. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social, Serviço Social e Saúde**, Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 2001.
- SILVA, R. S.; SOUZA, K. P. (Des) envolvimento Educacional e profissionalização - um debate visceral para o Coenvolvimento. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS: MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO, 8. 2015, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, Junho, 2015. INSB:

978-85.8427-027-9. Disponível

em: <http://www.seminarioredes.com.br/adm/diagramados/TR1229.pdf>

SILVA, V.A.C. Políticas compensatórias. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <http://www.gestrado.org/pdf/325.pdf>

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: questões temáticas e de pesquisa. Disponível em: <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=273>

VIANNA, Maria Lúcia Werneck. “O Silencioso desmonte da Seguridade Social no Brasil”. BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira (org.). **Política Social e Democracia**. 5. ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2012.